

ATA NÚMERO 115/XII/2ª SL

05.março.2013 – 15h00

Aos 5 dias do mês de março de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 237/XII/2.ª da iniciativa de António Alves Martinho e outros que “pretende a continuidade da Fundação Museu do Douro, criada pela Lei n.º 125/97, de 02 de dezembro”

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Maria Manuela Tender - PSD

5. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"

- **Discussão em Comissão**

6. Projeto de Resolução n.º 623/XII/2.ª- PSD - CDS/PP – que Recomenda ao Governo que dê condições para a sustentabilidade do projeto "Orquestra Geração".

- **Discussão**

7. Redação final do Projeto de Resolução n.º 539/XII/2ª - Recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado.

- **Apreciação**
- **Sugestão de publicação de uma única Resolução com os textos do PJR 539 e 617**

8. Redação final do Projeto de Resolução n.º 617/XII/2ª - Recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento da educação não formal.

- **Apreciação**
- **Sugestão de publicação de uma única Resolução com os textos do PJR 539 e 617**

9. Redação final do Projeto de Resolução n.º 590/XII/2ª – Recomenda ao Governo que introduza no 3.º ciclo do Ensino Básico das escolas nacionais uma formação, de frequência obrigatória em Suporte Básico de Vida

- **Apreciação**

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que requer a uma audição conjunta ao Secretário de Estado para o Ensino Básico e Secundário, João Grancho e aos executores das metas curriculares de português, com o propósito de esclarecer os fundamentos legais e pedagógicos atinentes à definição dos parâmetros de leitura e escrita a cumprir pelos alunos a partir do presente ano letivo.

- **Análise e votação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 06.março.2013 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente da Comissão informou que tinha baixado entretanto o Projeto de Resolução 630/XII, do PS, sobre a Orquestra Geração e que o PS propunha a sua discussão conjunta com os do BE e do PSD-CDS-PP (pontos 5 e 6). Entretanto o deputado Luís Fazenda (BE) solicitou o adiamento da discussão do Projeto de Resolução do seu Grupo Parlamentar, tendo-se consensualizado adiar a discussão dos 3 Projetos para a reunião da semana seguinte.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das duas reuniões da semana anterior foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. O Presidente informou que baixou à Comissão, em 5 de fevereiro, o Projeto de Resolução n.º 597/XII (PCP), *Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior*, aguardando-se a indicação sobre se o mesmo deve ser discutido na Comissão ou no Plenário. A deputada Rita Rato (PCP) solicitou que o Projeto de Resolução seja discutido na Comissão.

- 3.1.2.** Deu ainda conta da baixa do Projeto de Lei n.º 363/XII, do PS, *Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto)*, informando que o mesmo foi distribuído ao BE para elaboração de parecer, tendo-se agendado a apresentação da iniciativa pelo autor para 13/3 e a apreciação do parecer para 19/3.
- 3.2.** O Presidenta da Comissão informou que vai ser criado um Grupo de Trabalho conjunto com a COFAP, para apreciação na especialidade da PPL 119/XII, *Regime fiscal das sociedades desportivas*, tendo informado que integrarão o mesmo os deputados Nuno Serra e Paulo Cavaleiro, do PSD, João Galamba (que coordenará o Grupo de Trabalho) e Laurentino Dias, do PS, Artur Rego e Michael Seufert, do CDS-PP, tendo solicitado aos restantes Grupos Parlamentares que indiquem os seus representantes no mesmo. Indicou ainda que as propostas de audições devem ser dirigidas diretamente à COFAP.
- 3.3.** Na sequência da remessa pela 1.ª Comissão do relatório de discussão e votação na especialidade e do texto final da PPL 84 (Gov) e do PJI 236 (PS), *Tribunal Arbitral do Desporto* (na sequência da votação indiciária do Grupo de Trabalho, que será ratificada na próxima reunião da 1.ª Comissão), o deputado Laurentino Dias (PS) manifestou agrado pela forma de funcionamento deste Grupo de Trabalho, realçando que o mesmo fez audições, obteve pareceres das entidades do setor e que a discussão na especialidade foi muito importante.
- Salientou que o Grupo de Trabalho foi uma boa solução e que o texto final que se obteve é muito melhor do que o da Proposta de Lei, tendo lamentado que não se tenha dado maior acolhimento às propostas do PS.
- Interveio depois o deputado Paulo Cavaleiro (PSD), referindo que foram recolhidos vários pareceres e que se conseguiu algum consenso entre os Grupos Parlamentares.
- 3.4.** O Presidente da Comissão deu conta da distribuição dos relatórios das audiências das entidades a seguir referidas, não tendo havido intervenções dos deputados: Escola Profissional da Moita, Rui Cruz, da Tugaleaks, Representantes da Global Education Network Europe (GENE), Professores e alunos da Escola Secundária da Amadora e Professor Carlos Reis (Univ Coimbra) e Dr. José Carlos Vasconcelos (Jornal Letras), as três últimas realizadas pelo Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico.

4. Petição n.º 237/XII/2.ª da iniciativa de António Alves Martinho e outros que “pretende a continuidade da Fundação Museu do Douro, criada pela Lei n.º 125/97, de 02 de dezembro”

A audição foi feita através de videoconferência, encontrando-se o 1.º peticionário, António Alves Martinho, acompanhado de outra subscritora da petição.

O 1.º peticionário referiu que têm informações de que em Conselho de Ministros já foi reponderada a manutenção da Fundação. De qualquer forma, fez o enquadramento da mesma, referindo que o Museu da Região do Douro foi criado pela [Lei n.º 125/97, de 2 de dezembro](#) e a respetiva Fundação pelo [Decreto-Lei n.º 70/06, de 23 de março](#).

Reforçou depois a ideia de que a Fundação promove o desenvolvimento integrado do Douro e que todas as instituições com estas funções são importantes para a região. Informou que os peticionários representam o movimento de amigos do Museu do Douro e realçou que há uma ligação com a sociedade civil. Informou que a Fundação teve inicialmente dificuldades, mas atualmente está com as contas equilibradas, pelos bons métodos de gestão adotados.

Salientou que a Fundação foi criada por parceria entre o Estado e as autarquias da região, realçando que a atividade económica e o setor do turismo são importantes na capacidade de atração para a região e o Douro é a porta de entrada na mesma. A outra peticionária referiu ainda que o Douro é uma região do mundo, mais do que da zona.

Interveio de seguida a deputada Maria Manuela Tender (PSD), que será a relatora da petição, a qual, após saudar os peticionários, realçou a importância da Fundação para o desenvolvimento da região e fez depois uma resenha da tramitação da petição, referindo, nomeadamente, as entidades a quem foram pedidos pareceres, nomeadamente a que foi sugerida pelos peticionários.

Realçou depois que previamente à Resolução do Conselho de Ministros foi feita a audiência de interessados e foi esse procedimento e a posição da Fundação nesse âmbito, que permitiram a reponderação da situação. Realçou que o Grupo Parlamentar do PSD defendeu sempre a importância da manutenção da Fundação, que permite sinergias, regionais e nacionais, que não seriam conseguidas doutra forma. Identificou o Museu do Douro como Museu do património da região e esta como Património da Humanidade.

Salientou que o Museu tem vários reconhecimentos internacionais e é um agente de fixação de emprego, entendendo que se justifica a sua manutenção.

O deputado Rui Jorge Santos (PS) referiu que o Governo abandonou a decisão de extinção do Museu, mas foram cortadas 30% das verbas para o mesmo, questionando qual o impacto que terá no seu funcionamento a eventual aplicação da mesma lógica de corte às autarquias e empresas que participam na Fundação.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) salientou que a extinção da Fundação não vai acontecer, conforme decisão do Conselho de Ministros, subsequente à audição de interessados e que aquela garante o Museu, realçando o equilíbrio das suas contas.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que o seu Grupo Parlamentar preza o património, entendendo que a Fundação tem encontrado as respostas adequadas, pelo que aceita que a petição possa ter uma resposta positiva do Governo, realçando ainda que têm feito perguntas ao Governo sobre a matéria.

Por último, os peticionários registaram o consenso dos Grupos Parlamentares na valia do papel da Fundação e no seu equilíbrio, fizeram uma resenha das atividades das autarquias da região e referiram que o Museu faz exposições que circulam por toda a região.

Salientaram depois as responsabilidades partilhadas entre as várias entidades, conforme está previsto no [Decreto-Lei n.º 70/06, de 23 de março](#) e a importância de as autarquias não reduzirem as suas verbas, para que os privados também mantenham o apoio.

A deputada Maria Manuela Tender (PSD) realçou depois que há consenso de todos os Grupos Parlamentares em relação à matéria e o Presidente da Comissão salientou o resultado positivo desta intervenção de cidadania.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"

A discussão foi adiada para a reunião seguinte.

6. Projeto de Resolução n.º 623/XII/2.ª- PSD - CDS/PP – que Recomenda ao Governo que dê condições para a sustentabilidade do projeto "Orquestra Geração".

A discussão foi adiada para a reunião seguinte.

7. Redação final do Projeto de Resolução n.º 539/XII/2ª - Recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado.

O Presidente da Comissão informou que a proposta de redação final da DAPLEN, para os Projetos de Resolução n.ºs 539 e 617, “submete à consideração da Comissão a possibilidade de, em sede de redação final, promover a fusão dos textos das duas resoluções em análise num só texto, para efeitos de assinatura por S. Exa. a Presidente da Assembleia da República e posterior publicação”, na linha da discussão de idêntica matéria “na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, de 21 de Outubro de 2010”.

Nesta sequência, pronunciaram-se os deputados Miguel Tiago (PCP), Pedro Delgado Alves (PS) e Amadeu Albergaria (PSD), referindo que o Regimento não permite fundir textos de dois Projetos de Resolução aprovados no Plenário e que, cautelarmente, não se deve adotar essa solução, embora percebam o entendimento explanado na Conferência dos Presidentes acima referida, quanto aos eventuais efeitos da publicação de 2 Resoluções de idêntico conteúdo na imagem do Parlamento.

O Presidente da Comissão referiu situações antecedentes em que se tinha equacionado essa hipótese, pôs a hipótese de no futuro se tentar o consenso a montante e informou ainda que vai colocar a questão numa próxima Conferência de Presidentes.

O deputado Miguel Tiago (PCP) questionou ainda o recente procedimento de haver redação final dos Projetos de Resolução, sendo que a mesma não está prevista no Regimento e não vê a sua utilidade. O deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou importante a redação final dos Projetos de Resolução, para se afinar o texto, em termos linguísticos e de legística.

Nesta sequência, foi deliberado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV, manter os 2 textos autónomos e aprovar as sugestões de alteração dos respetivos textos propostas pela DAPLEN.

8. Redação final do Projeto de Resolução n.º 617/XII/2ª - Recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento da educação não formal.

Foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV, as sugestões de alteração do texto propostas pela DAPLEN.

9. Redação final do Projeto de Resolução n.º 590/XII/2ª – Recomenda ao Governo que introduza no 3.º ciclo do Ensino Básico das escolas nacionais uma formação, de frequência obrigatória em Suporte Básico de Vida

Foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV, as sugestões de alteração do texto propostas pela DAPLEN.

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que requer a uma audição conjunta ao Secretário de Estado para o Ensino Básico e Secundário, João Grancho e aos executores das metas curriculares de português, com o propósito de esclarecer os fundamentos legais e pedagógicos atinentes à definição dos parâmetros de leitura e escrita a cumprir pelos alunos a partir do presente ano letivo.

O requerimento foi apresentado pelo deputado Rui Jorge Santos (PS), o qual referiu que há notícias de que as metas são demasiado exigentes, não sendo atingíveis e indicou que os elementos do Grupo de Trabalho que esteve a preparar as metas indicam que as mesmas foram posteriormente deturpadas.

Intivei depois a deputada Maria José Castelo Branco (PSD) indicando as metas como clarificação dos objetivos principais a atingir e realçando que as metas estiveram em discussão pública, tendo sido recebidos mais de 200 contributos, mas o PS não enviou nenhum.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) sugeriu que se o PS tem dúvidas sobre como se chegou às metas, deve fazer uma pergunta ao Governo sobre essa questão.

A deputada Manuela Tender (PSD) defendeu que a fixação de metas é fundamental para a fixação do processo de ensino, do ponto de vista dos alunos e do processo, que a proficiência da leitura está associada a automatismos e que as metas são uma base importante para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que apoia o requerimento.

Por último, o deputado Rui Jorge Santos (PS) realçou que quem contribuiu para a definição das metas indica que não foram estas metas que propuseram e salientou que a rapidez de leitura é difícil de atingir. Face às posições dos vários Grupos Parlamentares, propôs depois que venham apenas os especialistas e não o Secretário de Estado.

O requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo obtido os votos a favor do PS e do PCP.

11. Outros assuntos

O Presidente informou que foi recebido um convite para a Comissão fazer uma visita à Unidade de Negócios Media Capital, Estúdios Plural, tendo havido consenso em relação à sua realização, pelo que se vai proceder à sua calendarização.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

12. Data da próxima reunião

Dia 06.março.2013 - 10h00

A reunião foi encerrada às 16:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de março 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 13 de março de 2013.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Nuno Encarnação
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Michael Seufert